

Gramática Cognitiva: estruturação conceptual, arquitectura e aplicações

Augusto Soares da Silva
Hanna Jakubowicz Batoréo

Pre-print version

1. Introdução

Pretendemos apresentar os princípios fundamentais e a arquitectura geral de uma *gramática cognitiva*, bem como algumas das suas aplicações. Procuraremos responder a questões como: (i) o que é uma abordagem *cognitiva* da gramática, (ii) o que há de processos cogn(osc)itivos na gramática, (iii) como é que a gramática está organizada e (iv) quais são as bases conceptuais das classes e construções gramaticais.

No quadro da Linguística Cognitiva (Geeraerts & Cuyckens 2007), existem diferentes modelos cognitivos de gramática. Distinguem-se a *Gramática Cognitiva*, desenvolvida por Langacker (1987, 1991, 1999, 2008) e que é o modelo mais elaborado e influente; a *Gramática de Construções*, inspirada em trabalhos de Fillmore e desenvolvida por Goldberg (1995, 2006); e a *Gramática de Construções Radical*, de Croft (2001). Apesar de algumas divergências, todos partilham de um conjunto de princípios fundamentais, que permitem falar de uma abordagem cognitiva da gramática.

Depois de expormos os princípios, a arquitectura e as bases conceptuais das categorias gramaticais, ilustraremos aplicações ao Português em quatro estudos de caso, necessariamente reduzidos, por limitações de espaço, aos seus resultados principais: voz gramatical, alternância entre complementação infinitiva vs. finita, elementos de gramática do espaço e do movimento e estrutura conceptual do texto.

2. Princípios e arquitectura

A perspectiva *cognitiva* da gramática fundamenta-se em dois princípios, correspondentes ao reconhecimento de duas funções básicas da linguagem: o princípio de que a linguagem é um sistema *simbólico* do próprio processo de conceptualização e o princípio de que a linguagem é um meio de *comunicação/interacção*.

O primeiro princípio tem a sua expressão na própria arquitectura de uma gramática cognitiva: todas as unidades da língua/gramática são *unidades simbólicas*, isto é, pares indissociáveis de sons e significados. Uma língua/gramática compreende *estruturas semânticas*, *estruturas fonológicas* e *conexões simbólicas* entre aquelas duas estruturas – e nada mais é necessário numa gramática como teoria da linguagem. Os corolários deste princípio são a indissociabilidade de gramática e semântica e o contínuo entre léxico e gramática. A gramática não pode pois ser estudada independentemente do significado nem das capacidades cognitivas gerais. E a dicotomia generativista entre léxico e sintaxe dá lugar a um contínuo assente na *construção*, entendida como qualquer padrão coerente de combinação de palavras ou morfemas e que se estabelece como um par de forma e significado.

O segundo princípio determina que todas as unidades linguísticas são abstraídas de *eventos de uso*, isto é, instâncias contextualizadas do uso da língua. O corolário deste princípio é o de que a gramática deve ser um *modelo baseado no uso*. Não há pois lugar para a distinção entre conhecimento e uso da linguagem (ou “competência” e “performance”, em termos generativos), já que o conhecimento de uma língua emerge do uso, traduzindo-se pelo conhecimento de como a língua é usada.

A gramática é entendida como um *sistema de estruturação conceptual*, que envolve capacidades cognitivas gerais, como a percepção, a atenção, a categorização, a memória; os conhecimentos que temos sobre o mundo, integrando assim uma semântica *enciclopédica*; e mecanismos *imaginativos*, como a metáfora, a metonímia, a mesclagem conceptual, a evocação de entidades *fictivas*. Um aspecto crucial da estruturação gramatical é a *perspectivação conceptual*, a que nos referiremos a seguir.

A gramática é um *inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais*. Não é um “sistema de regras” ou mecanismo derivacional autónomo para a construção de expressões bem-formadas, ao contrário do que o modelo generativista e outros modelos formais postulam, mas um vasto *inventário* ou repositório de unidades. Este inventário está *estruturado* por relações de categorização de *esquema-instância* e de *protótipo-extensão*, relações de inclusão, integração e outras. E todas as unidades

linguísticas simbolizam *conceptualizações*, constituindo-se como rotinas cognitivas *convencionalizadas* ou estabelecidas pelo uso dentro de uma comunidade linguística.

A arquitetura básica do modelo cognitivo de gramática está representada na Figura 1, adaptada de Langacker (1987: 77). O diagrama capta a ideia de que o emprego de uma unidade simbólica em determinado evento de uso envolve tanto um *espaço semântico* (significado) como um *espaço fonológico* (forma). O retângulo da ‘gramática’ representa o conhecimento linguístico convencionalizado na mente do falante e o retângulo do ‘uso’ representa o evento de uso. Intuitivamente, um evento de uso compreende sons (‘vocalização’) e suas interpretações (‘conceptualização’). As setas horizontais indicam as *conexões codificadoras* ou correspondências entre as unidades convencionalizadas na mente do falante e os sistemas vocal e conceptual envolvidos em situações de uso linguístico: o pólo semântico de uma expressão linguística corresponde a um conceito e o pólo fonológico a um conjunto de sons. E as setas verticais representam as *conexões simbólicas* que ligam som e significado.

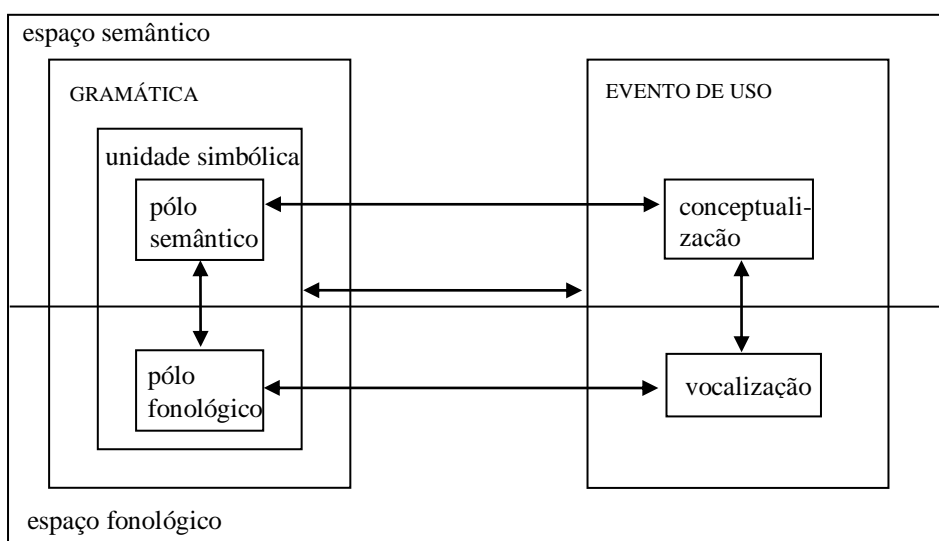


Figura 1. Arquitetura do modelo cognitivo de gramática

Dentro do quadro teórico da Linguística Cognitiva, existem diferentes modelos de gramática: diferem quanto à natureza específica das classes e relações gramaticais e à relação entre significado construcional e significado lexical. Distinguem-se, pelo menos, três modelos cognitivos:¹

¹ São também modelos cognitivos a Gramática de Construções Corpórea, de Bergen & Chang (2005), e a Teoria da Mesclagem, de Fauconnier & Turner (2002). Esta última, embora não seja uma teoria

- a *Gramática Cognitiva*, de Langacker (1987, 1991, 1999, 2008): é o modelo mais elaborado e inovador dentro dos princípios da Linguística Cognitiva, o que mais tem contribuído para fundamentar as categorias gramaticais em processos cognitivos, a ponto de os restantes modelos poderem ser considerados, em certa medida, como suas “variantes notacionais”;
- a *Gramática de Construções*, de Goldberg (1995, 2006), inspirada em trabalhos de Fillmore (Fillmore 1988, Fillmore et al. 1988): explora as relações entre o significado da construção e o significado das suas partes e descreve a gramática como uma rede esquemática de itens lexicais, no nível inferior, e esquemas mais abstractos, no nível superior. Identifica a *forma* de uma construção com a sintaxe – ao contrário do modelo anterior, que considera a sintaxe como constituída por padrões simbólicos de forma e significado – e tende a minimizar a polissemia dos itens lexicais em favor da polissemia das construções. Não subscreve a tese de que todas as categorias gramaticais têm uma caracterização conceptual: noções como nome, verbo, sujeito e objecto são aí tratadas como primitivos sintácticos;
- a *Gramática de Construções Radical*, de Croft (2001): afirma-se mais em relação à Gramática de Construções do que à Gramática Cognitiva, e diz-se “radical” por quatro razões: (i) as categorias gramaticais (classes de palavras e funções sintácticas) são consideradas, não como primitivos, mas como construções específicas; (ii) as construções são as unidades básicas de representação sintáctica; (iii) relações sintácticas como entidades independentes da construção não existem; e (iv) as construções são específicas de cada língua.

3. Perspectivação conceptual

Um dos princípios essenciais em Linguística Cognitiva diz que o significado é *conceptualização*. Um processo de conceptualização consiste numa determinada perspectivação do conceptualizador relativamente a uma entidade ou situação. Quer isto dizer que a conceptualização envolvida no significado de uma expressão lexical ou gramatical não pode ser caracterizada somente em termos das propriedades do *objecto*

estritamente gramatical, advoga que a operação conceptual de integração conceptual de “inputs” de diferentes *espaços mentais* está presente numa grande variedade de construções gramaticais.

de conceptualização, mas tem que necessariamente ter em conta o *sujeito* de conceptualização. Em Linguística Cognitiva, costuma designar-se pela expressão *perspectivação conceptual* (tradução que propomos para o termo inglês “construal”) o modo e os modos alternativos de conceptualizar determinada situação. Esses modos alternativos envolvem *operações de perspectivação conceptual* e estas operações correspondem a capacidades cognitivas gerais (Verhagen 2007, Silva 2008).

Esta capacidade de *perspectivação conceptual* tem sido explorada sobretudo por Langacker (1987, 1991, 1999) e por Talmy (2000) e ambos a têm evidenciado como a função central da gramática. Sob a designação de *imagética convencional*, Langacker (1987: 116-137) distingue três tipos de perspectivação conceptual, entendendo-os em termos de *ajustamentos focais*: Selecção, Perspectiva e Abstracção. Langacker (2007, 2008) substitui a sua classificação inicial tripartida por uma classificação quadripartida: Especificidade, Proeminência, Perspectiva e Dinamicidade. Talmy (1988, 2000) distingue quatro *sistemas imagéticos*: Esquematicidade (ou Estrutura Configuracional), Perspectiva, Distribuição da Atenção e Dinâmica de Forças.

Por limitações de espaço, apenas algumas observações (ver Silva 2008, para mais desenvolvimento). A Esquemática de Talmy corresponde à Abstracção-Especificidade de Langacker. A Perspectiva, de que ambos os autores falam, tem a ver com a posição a partir da qual determinada situação é observada e compreende categorias como Ponto de Vista, Escopo, Dêixis e Objectividade/Subjectividade. Esta última, teorizada por Langacker, é entendida em termos de *arranjo de visão* entre o observador (conceptualizador, locutor) e a entidade que é observada, no sentido de que esta entidade pode ser construída como *objecto* ou como *sujeito* de conceptualização. Uma entidade é construída com subjectividade máxima quando permanece “fora de palco”, inerente ao próprio processo de per/concepção, sem ser o alvo deste processo; pelo contrário, a entidade é construída com objectividade máxima quando é colocada “em palco”, como foco explícito de atenção. A mudança da perspectivação objectiva para a perspectivação subjectiva constitui o que Langacker designa como *subjectificação*. A Proeminência (Langacker) ou Atenção (Talmy) permite pôr em primeiro plano ou em plano de fundo determinada estrutura e, entre as suas categorias, está o alinhamento Figura/Fundo, bem conhecido da Psicologia Gestaltista, e as oposições análogas Perfil/Base e Trajector/Marco (Langacker). A Dinamicidade (Langacker) é o desenvolvimento de uma conceptualização ao longo do tempo processado e compreende categorias como *escaneamento sequencial* (ao longo do

tempo) e *escaneamento sumário* (conceptualização holística) e ainda *movimento fictício*. Talmy fala ainda do sistema de Dinâmica de Forças, como uma oposição de forças (físicas ou abstractas) entre uma entidade que exerce força (Agonista) e uma entidade que exerce uma contra-força (Antagonista). Outras operações de perspectivação conceptual são a metáfora e a metonímia (Lakoff & Johnson 1980, 1999) e os *esquemas imagéticos* (Johnson 1987, Hampe 2005) ou padrões pré-conceptuais dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação dos objectos e de interacções perceptivas.

A base conceptual das operações de perspectivação conceptual está na categoria da Perspectiva. Seguindo a definição de Langacker (1987: 487-488), a *relação de perspectivação conceptual* (“construal relationship”) é “a relação que se estabelece entre o locutor (ou interlocutor) e a situação que ele conceptualiza e descreve, e essa relação envolve ajustamentos focais e uma imagética convencional”. Trata-se do que Langacker (1987: 129) designa como *arranjo de visão* (“viewing arrangement”) que envolve um observador V (locutor ou interlocutor), de um lado, e uma situação observada, do outro, tal como está representada na Figura 2 (a linha vertical corresponde à relação de perspectivação conceptual). A nível horizontal, temos as operações que envolvem a imposição de *estrutura* no objecto de conceptualização: por exemplo, as operações de Atenção/Saliência ou a de Dinâmica de Forças. A nível vertical, temos as operações que envolvem uma *relação com* a situação de comunicação: por exemplo, as operações de Perspectiva (ponto de vista, dêixis, etc.). A Figura 3, tomada de Verhagen (2005: 7, 2007: 60), adiciona a capacidade que temos de ter em conta *outras mentes* na relação com determinado objecto de conceptualização: a linha horizontal inferior indica a relação de coordenação cognitiva entre os dois conceptualizadores locutor e interlocutor (e a linha vertical representa a relação de atenção conjunta entre conceptualizadores e seu objecto de conceptualização).

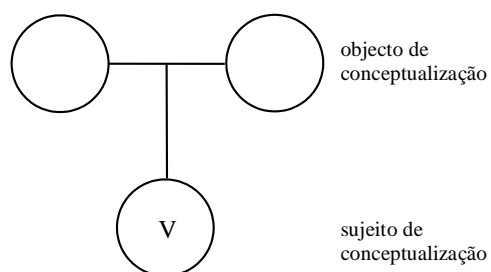


Figura 2. Arranjo de visão

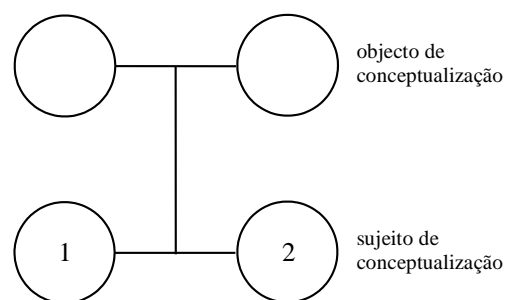


Figura 3. Elementos de perspectivação conceptual

4. Categorias gramaticais

Provavelmente a distinção mais essencial que a gramática do Português ou de qualquer outra língua codifica é a que opõe nomes e verbos (juntamente com as restantes categorias). Isto corresponde a uma divisão conceptual do mundo entre entidades ou ‘coisas’ e ‘relações’. Os nomes perfilam ‘coisas’ ou regiões num determinado domínio e as restantes categorias gramaticais perfilam ‘relações’ ou interconexões entre coisas. Entre estas, destacam-se os verbos, na medida em que perfilam ‘relações temporais’, as quais envolvem *escaneamento sequencial*, ao passo que adjectivo, advérbio, preposição e conjunção perfilam ‘relações atemporais’, que envolvem *escaneamento sumário*. Os ‘objecto físicos’ são o protótipo dos nomes e as ‘relações temporais dinâmicas’ são o protótipo dos verbos. A flexibilidade do nosso pensamento permite inverter as categorias: podemos recategorizar uma relação como uma coisa e codificá-la num nome (*explosão*), quantificá-la (*muitas explosões*) e qualificá-la (*grandes explosões*); e podemos recategorizar uma coisa como uma relação e codificá-la num verbo (*olhar*), num adjectivo (*azul*) ou mesmo numa preposição (*vez*).

A Figura 4 sintetiza a caracterização das categorias gramaticais em Gramática Cognitiva (Langacker 1987, 1991). A primeira distinção estabelece-se entre ‘coisas’ (nomes) e ‘relações’ e a segunda entre relações ‘temporais’ (verbos) e relações ‘atemporais’ (restantes categorias). Os perfis atemporais distinguem-se relativamente às propriedades dos seus Trajector e Marco. Preposições e conjunções têm um Marco elaborado numa expressão distinta, pelo menos potencialmente. Distinguem-se pela natureza do seu Marco: o Marco de uma preposição é uma ‘coisa’, ao passo que o Marco de uma conjunção é uma ‘relação temporal’. Adjectivos e advérbios têm um Trajector elaborado: nominal no caso do adjectivo e relacional no caso do advérbio. Por exemplo, *alegre* e *alegremente* perfilam uma relação entre um Trajector e uma região que excede uma norma relativamente ao estado emocional de uma pessoa, mas enquanto o adjectivo toma uma coisa como seu Trajector, o advérbio toma um processo como seu Trajector. Adjectivo e advérbio partilham ainda a propriedade de o seu Marco estar incorporado na estrutura semântica, não podendo por isso ser elaborado numa expressão distinta. Ainda em relação ao adjectivo, enquanto o seu uso atributivo faz

parte de uma expressão que perfila uma coisa (*homem alto*), o seu uso predicativo faz parte de uma expressão que perfila uma relação temporal estática (*o homem é alto*).

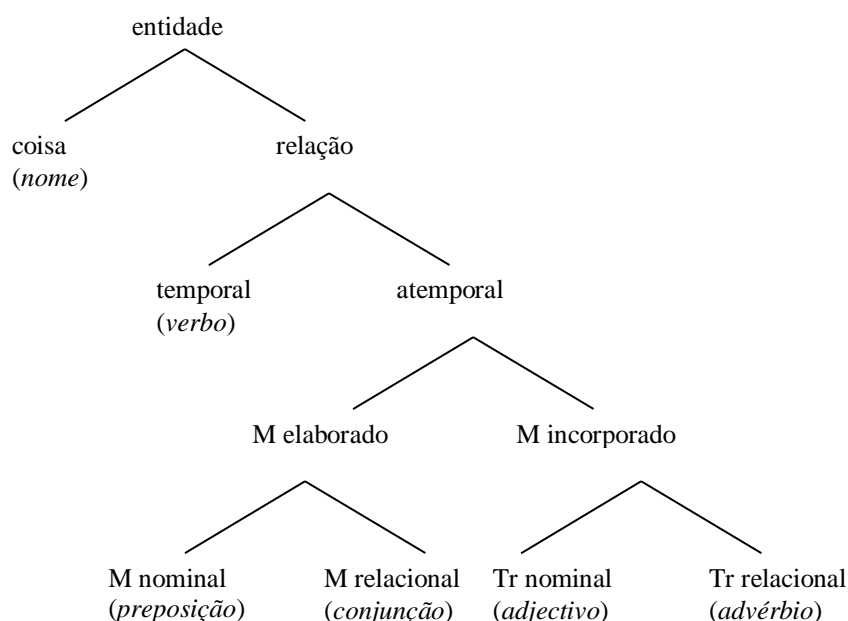


Figura 4. Taxionomia das classes de palavras

A Gramática de Construções Radical (Croft 2001) propõe uma caracterização das classes de palavras em termos de um espaço semântico bidimensional, definido por três “funções discursivas” – *referência*, *modificação* e *predicação* – e três “classes semânticas” – *objectos*, *propriedades* e *acções*. Prototipicamente, referimos objectos, modificamos entidades atribuindo-lhes propriedades e predicamos acções de entidades. Nomes, adjectivos e verbos são os emparelhamentos prototípicos de, respectivamente, referência/objecto, modificação/propriedade e predicação/acção. A Figura 5, adaptada de Croft (2001: 88), representa o mapa semântico (incompleto) das classes de palavras (“não-marcado” significa ausência de morfemas derivacionais).

		FUNÇÃO DISCURSIVA		
		<i>referência</i>	<i>modificação</i>	<i>predicação</i>
CLASSE SEMÂNTICA	<i>objectos</i>	NOMES NÃO-MARCADOS	adjectivalizações, sintagmas preposicionais	predicados nominais, verbos copulativos
	<i>propriedades</i>	nomes de adjectivais	ADJECTIVOS NÃO-MARCADOS	predicados adjectivais, verbos copulativos
	<i>acções</i>	nomes de acção, complementos, infinitivos, gerúndios	particípios, orações relativas	VERBOS NÃO-MARCADOS

Figura 5. Espaço bidimensional das classes de palavras

A Figura 6 representa a estrutura conceptual de uma situação e a sua codificação gramatical na frase. Uma *situação* exprime uma ‘relação temporal’ (ora um evento ora um estado) entre, pelo menos, duas ‘coisas’ ou participantes. Dela fazem parte um *núcleo conceptual*, que compreende a relação entre Trajector e Marco, uma predicação de *ancoragem* (“grounding”), que permite que locutor e interlocutor estabeleçam contacto mental com as entidades perfiladas e as relacionem com as circunstâncias do seu acto de fala, e elementos do cenário, que fornecem informação sobre as circunstâncias de ocorrência do evento/estado. A ancoragem nominal, que serve o processo de *identificação* ou referência, é realizada pelos determinantes (por vezes, também os quantificadores); e a ancoragem oracional, que estabelece a localização temporal da situação e o seu estatuto na realidade, isto é, a sua *existência*, é realizada pelos marcadores de tempo e modo/modalidade. Ao contrário dos elementos de ancoragem, os elementos do cenário não vinculam a subjectividade do falante e não são formas gramaticais obrigatórias, sendo assim expressos por modificadores.

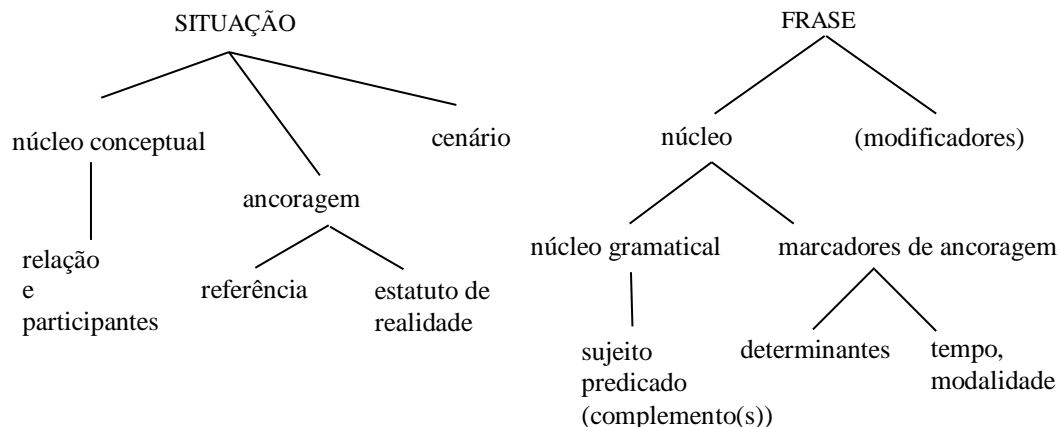


Figura 6. Situação e frase

5. Aplicações ao Português²

5.1. A voz gramatical

² Para uma apresentação e avaliação dos estudos existentes de Gramática Cognitiva do Português (tanto europeu como brasileiro), ver Silva (2007).

A voz é a categoria gramatical que consiste em atribuir diferentes estatutos de Atenção/Proeminência aos argumentos de um verbo através de determinadas construções semântico-sintáticas e pragmáticas. Distinguem-se duas estratégias gerais: as chamadas “línguas acusativas” constroem as situações *de fora para dentro*, isto é, da fonte de energia para a mudança de estado, ao passo que as “línguas ergativas” constroem as situações *do centro para fora*, ou seja, da mudança de estado para a fonte de energia. Em todas as línguas, porém, há uma voz não-marcada, que geralmente corresponde à voz *activa*, representada na Figura 7 (seguindo os diagramas de Langacker 1987, 1991). A e P designam Agente e Paciente; S e O indicam Sujeito e Objecto e Tr e M estão pelas designações de Trajector e Marco. As restantes categorias de voz no Português resultam de operações alternativas de perspectivação conceptual do tipo geral de Atenção/Proeminência. As caracterizações sumárias que apresentamos a seguir para o Português baseiam-se nas descrições de Langacker (1991: capp 8-9) e de Maldonado (1999, 2007).

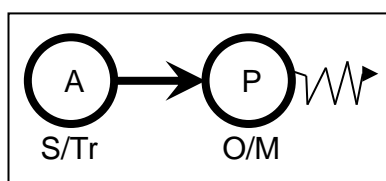


Figura 7. Voz activa

A voz *passiva* é a estratégia de tornar proeminente a mudança de estado sofrida por um sujeito-temático (sujeito-Paciente), pondo o Tema-Paciente em foco. A passiva perifrástica, representada na Figura 8 (C representa o conceptualizador), focaliza a mudança imposta ao Tema-Paciente. A passiva de *se*, na Figura 9, é essencialmente uma estratégia de desfocalização do Agente, o qual só pode ser representado de forma esquemática. As duas estratégias alternativas – focalizar o Tema e desfocalizar o Agente – complementam-se, pelo que algumas línguas podem possuir apenas uma destas construções, ao passo que outras, como o Português, possuem ambas.

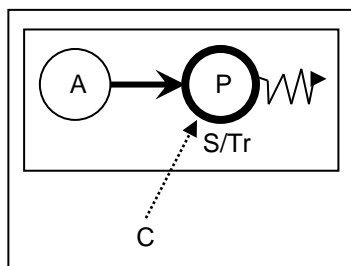


Figura 8. Passiva perifrástica

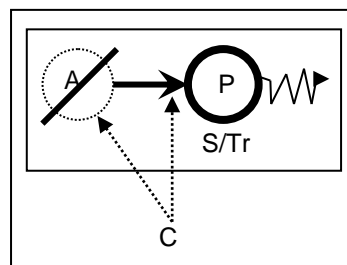


Figura 9. Passiva de *se*

A voz *impessoal*, representada na Figura 10, é uma estratégia de despromoção ou mesmo supressão do potencial instigador do processo, em que o que é posto em foco é a acção e não o seu resultado. O recorte da construção é activo e o seu potencial instigador é construído como um Trajector genérico. Afonso (2008) identifica e caracteriza em termos de operações de perspectivação conceptual várias construções de impessoalização no Português: não apenas o *se* impessoal, mas também o *se* anticausativo, o *se* passivo, o *se* potencial, a passiva perifrástica, a nominalização, a construção de *haver* e estratégias lexicais e pronominais.

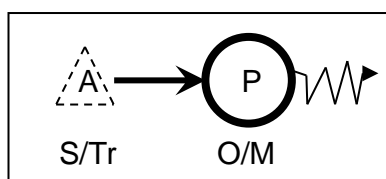


Figura 10. Voz impessoal

Finalmente, a voz *média*, representada na Figura 11, e objecto do estudo de Maldonado (1999) para o Espanhol em termos de operações de Proeminência, focaliza a mudança de estado que afecta somente o sujeito, constituindo-se assim como uma estratégia de focalizar o domínio (físico, emocional, relacional, mental) do sujeito. Vários tipos de situações prestam-se à perspectivação média: interacções com partes do corpo, mudanças de posição corporal, mudança de lugar, mudança emocional, mudança mental, mudança de estado cuja origem não é identificada, evento recíproco, etc.

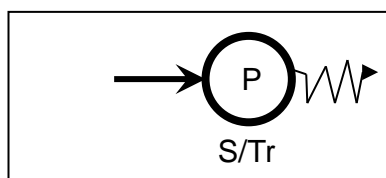


Figura 11. Voz média

5.2. Complementação infinitiva vs. finita

Verbos causativos e perceptivos admitem a variação entre complementação infinitiva e complementação finita, exemplificada em (1)-(5).

- (1) a. *A Maria fez o Zé sair do restaurante.*
b. *A Maria fez com que o Zé saísse do restaurante.*
- (2) a. *Durante a manhã, os sequestradores deixaram sair dois homens.*
b. *Durante a manhã, os sequestradores deixaram que dois homens saíssem.*
- (3) a. **Ele vê os dois rapazes serem muito amigos.*
b. *Ele vê que os dois rapazes são muito amigos (estão sempre a brincar).*
- (4) *Os sinais positivos não chegam à construção civil, que vê a crise agravar-se.*
- (5) *Toda a gente viu que aquele prédio estava na iminência de ruir.*

Esta variação reflecte um contraste conceptual, que se deixa explicar em termos da operação de Perspectiva, mais especificamente Objectividade/Subjectividade (para uma descrição mais desenvolvida, ver Silva 1999, 2004, 2005 e Vesterinen 2007). A construção completiva infinitiva com verbos causativos exprime uma causação directa, ao passo que a construção completiva finita exprime uma causação indirecta e inferida. O exemplo (1a) adequa-se a uma situação em que a Maria usou da força física para que o Zé saísse do restaurante, empurrando-o, por exemplo. O mesmo não sucede em (1b), mais adequado a uma situação em que a Maria usou de força psicológica, mental ou ainda moral para levar o Zé a sair do restaurante. No exemplo (2b), ao contrário do exemplo (2a), evento causador e evento causado não são espaço-temporalmente co-extensivos, pelo que a autorização de saída pode ter sido transmitida aos visados, não directamente, mas através de um mediador.

Do mesmo modo, a construção completiva infinitiva de verbos perceptivos exprime uma percepção sensorial, naturalmente directa, ao passo que a construção completiva finita denota um processo mental de inferência. A situação descrita em (3b) só pode ser a da inferência e não a da percepção sensorial. Em (4), o objecto de *ver* é abstracto, não sendo por isso sensorialmente perceptível, mas a construção infinitiva reforça a leitura de evidencialidade. Pelo contrário, em (5) o objecto do mesmo verbo é sensorialmente perceptível, mas a construção completiva finita sugere a leitura de que as pessoas, de algum modo, examinaram as reais condições do prédio.

A construção infinitiva constrói a relação causal ou sensorial como *objectiva*: essa relação é *objecto* de conceptualização e dela está perfeitamente separado o conceptualizador. Pelo contrário, a construção finita constrói *subjectivamente* a relação: é o *sujeito* conceptualizador que estabelece a respectiva inferenciação. A construção completiva finita constitui, pois, um bom exemplo de *subjectificação*, que Langacker (1999: cap. 10) caracteriza em termos de ‘atenuação’ da construção objectiva. A Figura 12 representa o processo gradual de subjectificação: a relação objectiva entre Trajector (TR) e Marco (M) vai sendo atenuada e, assim, subjectificada.

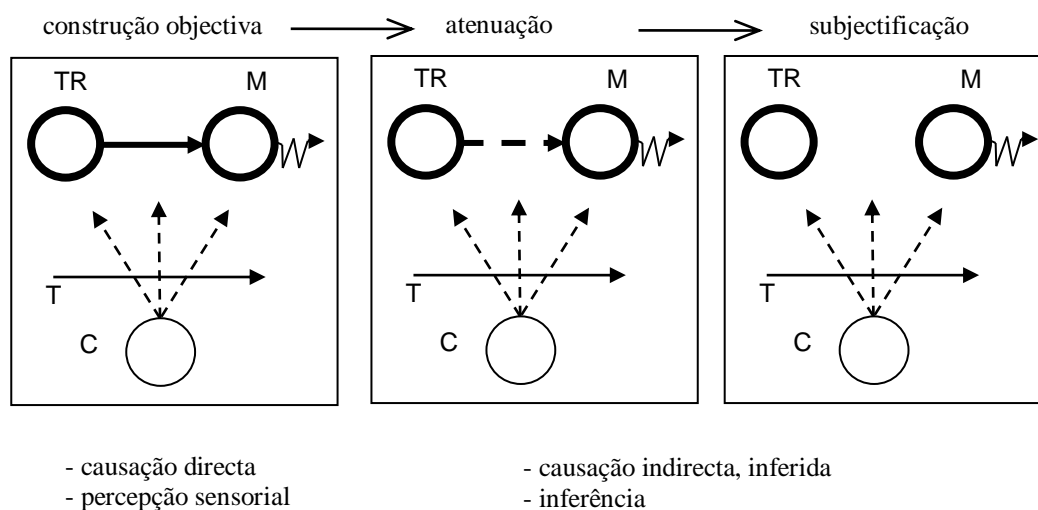


Figura 12. Da construção completiva infinitiva à finita, ou da objectividade à subjectividade

5.3. Conceptualização do Espaço e paradigmas de lexicalização espacial

Uma das propostas mais consistentes da Linguística Cognitiva é apresentada no âmbito da expressão das relações espaciais, baseando-se a análise na conceptualização do Espaço e conjugando para tal os parâmetros tanto de carácter linguístico como de

carácter cognitivo. O enquadramento teórico de Talmy (1985 e ss.) avança, neste sentido, uma tipologia centrada em dois conceitos básicos da relação espacial, isto é, a Figura (o referente) que se desloca no Espaço e o Fundo (o *relatum*) que constitui o ponto de referência para esta Deslocação, tendo igualmente em consideração o Modo e o Percurso do Movimento efectuado³. Com base nestes parâmetros e no modo como eles podem ser fundidos e lexicalizados em línguas particulares, Talmy propõe paradigmas classificatórios de lexicalização, típicos de línguas ou famílias linguísticas. Assim, um dado idioma – que conceptualiza o mundo de um determinado modo – cria nomes para a realidade discriminada em que é utilizado pelos seus falantes ou seja, *lexicaliza* alguns dos parâmetros (e não outros), escolhendo, preferencialmente, um dos paradigmas propostos.

Segundo a proposta de Talmy, o Português pode ser enquadrado na padronização lexical típica das Línguas Românicas (Fig. 12), em que a fusão ocorre entre o Movimento e o Percurso, dando origem, por exemplo, a verbos do tipo ‘*entrar*’, ‘*sair*’, ‘*tirar*’, ‘*pôr*’, ‘*atravessar*’, etc. (ex. 1), tornando inaceitáveis ou marginais (em contextos muito marcados) padrões com a lexicalização da fusão do Movimento e do Modo (ex. 2). No entanto, existem línguas como o Inglês (e outras Línguas Germânicas), em que a lexicalização padrão é efectuada com a fusão do Movimento e do Modo (e não do Percurso), sendo, por conseguinte, natural o emprego exemplificado em (4) e questionado (ou, mesmo, rejeitado) o exemplo (3) (Fig. 12).

Português	
(1) <i>O João <u>atravessou</u> o rio <u>a nado</u>.</i> <u>MOVIMENTO + PERCURSO</u> MODO	(2) ?? * <i>O João <u>nadou</u> <u>através do rio</u>.</i> MOVIMENTO + MODO <u>PERCURSO</u>
Inglês	
(3) ?? (*) <i>John <u>crossed</u> the river <u>swimming</u>.</i> <u>MOVIMENTO + PERCURSO</u> MODO	(4) <i>John <u>swam</u> <u>across</u> the river.</i> MOVIMENTO + MODO <u>PERCURSO</u>

Fig. 12. Paradigmas de lexicalização típicos de Línguas Românicas e de Línguas Germânicas.

A proposta de padronização avançada por Talmy, em que se determina o padrão predominante para cada grupo de línguas é, no entanto, de carácter global e está longe de abranger todos os paradigmas existentes numa língua⁴. Se o Português lexicaliza preferencialmente o paradigma em que ocorre a fusão entre o Movimento e o Percurso,

³ Cf. Batoréo 2000: capítulo 3.5.2.

⁴ Cf. Batoréo 2000: capítulo 4.4.

surgem nele, igualmente, outras regularidades sistemáticas que podem ser apresentadas como padrões de lexicalização alternativos menos frequentes (Fig. 13).

I. Paradigma centrado em FUNDO	
(1) Movimento + Fundo	exs. ‘albergar’, ‘aquartelar’;
(2) Movimento + Fundo + Direcção	exs. ‘atalhar’, ‘arribar’, ‘rua!’;
II. Paradigma centrado em FIGURA	
(1) Movimento + Figura	exs. ‘chover’, ‘suar’, ‘esburacar’;
(2) Movimento + Figura + Direcção	exs. ‘escamar’, ‘enlaçar’;
(3) Movimento + Figura + Modo	exs. ‘galgar’, ‘enrolar’;
(4) Movimento + Figura + Percurso	exs. ‘alcatifar’, ‘emproar’;
III. Paradigma centrado em MODO	exs. ‘voar’, ‘esvoaçar’;
IV. Paradigma centrado em DIRECÇÃO	ex. ‘upa!’

Fig. 13 Paradigmas de lexicalização menos frequentes em Português

Observem-se, a título de exemplo, os paradigmas relativos à lexicalização do Fundo (ponto I da Fig. 13), em que a forma verbal abrange ora o Fundo ora a fusão do Fundo com a Direcção. No esquema imagético subjacente ao primeiro caso, um Agente efectua um Movimento cujas características são determinadas pelo Fundo em relação ao qual a Deslocação se desenvolve, tal como ilustram os exemplos de ‘albergar’, ‘aquartelar’, ‘agasalhar’, ‘aninhar’, ‘acoitar’, bem como outros verbos da área lexical de *protecção, acolhimento e hospedagem*. Entretanto, no segundo caso, estas características são determinadas pela fusão do Fundo com a Direcção do Movimento, conforme se pode observar na área lexical de *navegação em direcção à costa* (terra, beira, bordo, porto, etc.) como em ‘abeirar’, ‘encostar’, ‘acostar’, ‘aportar’ ou ‘arribar’).

No que diz respeito aos padrões de lexicalização do Fundo, o Português apresenta, ainda, uma especificidade muito particular – e provavelmente excepcional no quadro linguístico em geral – que se traduz pela lexicalização do Fundo não só com uma forma verbal, mas, também, com uma forma nominal, como no caso de ‘rua!’ Este padrão apresenta restrições formais muito fortes, fazendo parte dele apenas um número restrito de nomes (‘cama’, ‘mesa’, ‘chão’ e ‘força’). Um fenómeno análogo é observado no caso dos nomes onomatopaicos que designam o Movimento direccionado como, por exemplo, em ‘pumba!’ ou ‘upa!’ (ponto IV. da Fig. 13). Neles, o Fundo não está lexicalizado, sendo apenas abrangidos pela fusão a Direcção (Eixo Vertical) e a Intensidade.

5.4. Operações de perspectivação na construção conceptual do texto escrito

Um aspecto crucial da estruturação gramatical nas línguas particulares é a perspectivação conceptual (Langacker 1987, 1991; Talmy 2000) ou a capacidade de conceptualizar e verbalizar uma mesma situação de perspectivas alternativas. A perspectivação traduz-se por diversas operações de saliência e, mais especificamente, por perfilação, proeminência, subjectividade e alinhamento Figura/ Fundo. Estas operações, que revelam a assimetria entre sujeito e objecto de conceptualização e a importância do primeiro, parecem ser universais, mas os seus efeitos no espaço conceptual diferem de língua para língua, isto é, divergem entre usos e culturas diferentes, variando também ao longo do tempo.

A título de exemplo, observe-se, a seguir (Fig. 14, 15 e 16), a formação do constructo mental da orientação espacial subjacente à construção do texto escrito, em que as relações quadridimensionais são projectadas para a linearidade bidimensional da escrita, envolvendo mecanismos imaginativos como a metáfora. Assim, em Português, as letras, palavras, frases ou unidades maiores do texto relacionam-se entre si, surgindo *antes* ou *depois* umas das outras, em função de uma ordem temporal. Deste modo, definir que um elemento A está *antes* do elemento B (que, por conseguinte, está *depois* do A) significa que, do ponto de vista temporal, o A surgiu primeiro do que o B e esta ordem cronológica foi projectada e metaforizada para a linearidade do texto (ex. 1 da Fig. 14). A mesma situação pode ser descrita de uma outra maneira, se se tomarem em consideração não apenas as unidades do texto, mas também o ponto de vista do observador, isto é, a perfilação (Langacker 1987, 2000) de quem as escreveu ou de quem as lê. O observador atribui, assim, deicticamente as características espaciais aos elementos da escrita em função do seu ponto de vista, decidindo que o que fica *à sua esquerda* corresponde *à esquerda* na escrita. Daí, o elemento A, se se encontrar *antes* do elemento B, pode ser definido como estando também *à esquerda* do B (passando este, *à direita* do A). É evidente que as unidades A e B não têm partes *esquerda* ou *direita* intrinsecamente inerentes à sua construção, sendo o observador que as atribui arbitrariamente de modo deictico (ex. 2 da Fig. 14). Do modo análogo, procede-se, também, na atribuição da posição de uma unidade do texto como sendo *à frente* ou *atrás* da outra. Qualquer carácter gráfico, isolado ou em grupo, não tem característica frontal ou traseira intrínseca. As unidades do texto passam a ter uma parte *da frente* ou

de trás apenas, quando assim o determinarem os que as escrevem ou lêem, efectuando a sua própria perfilação deste fenómeno (ex. 3 da Fig. 14).

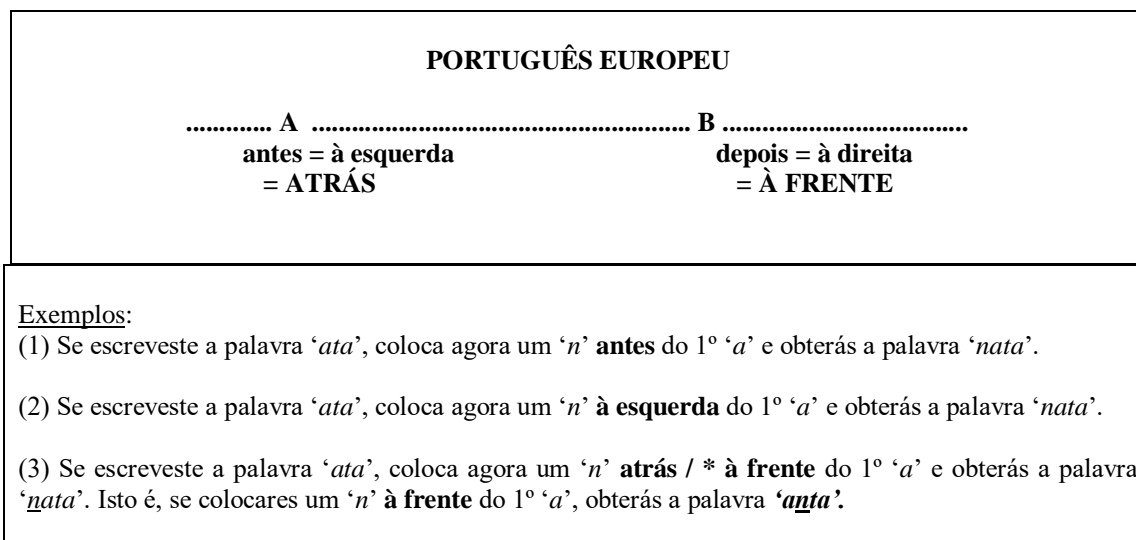


Fig. 14. Organização espacial do texto português

Uma atribuição arbitrária no caso da oposição sagital *frente/ trás* levanta, no entanto, alguns problemas. Se no caso da oposição *esquerda/ direita* se pode pensar numa atribuição universal, isto é, independente de uma língua particular, baseada na lateralidade do homem e projectada de um modo deíctico para o texto, o mesmo não se pode postular para a oposição sagital. A observação do funcionamento da língua no uso em idiomas particulares diferentes permite-nos constatar que o que numa língua é considerado como *trás*, noutra pode ser referido como estando *à frente*, criando-se assim uma aparente contradição. Quer isto dizer que uma língua, característica de uma certa cultura, como o Português Europeu (PE), por exemplo, pode funcionar segundo um modelo mental criado pelos seus falantes, que perspectivam a realidade de um certo modo, conceptualizando-a e convencionalizado ao nível da norma linguística socialmente aceite, o que, por sua vez, pode (ou não) coincidir com os modelos existentes noutras línguas.

É precisamente este o fenómeno que se pode observar no caso aqui analisado da organização de unidades dentro de um texto. A posição de uma unidade pode ser determinada, assim, em relação a uma outra unidade quer como colocada *depois = à direita = à frente*, quer como localizada *antes = à esquerda = atrás* (Fig. 14). Isto

acontece, porque foi este o modelo mental criado e convencionalizado ao nível da norma linguística vigente em Portugal pelos seus falantes⁵.

No entanto, e ao contrário do que possa parecer perspectivado pelo falante nativo do PE – que conhece apenas o seu próprio modelo mental e cultural –, em muitas outras línguas (mesmo próximas tipológica ou geograficamente do PE), a perfilação resulta de um modo totalmente diferente. Assim, em Francês, Inglês⁶, Alemão, Castelhana ou nas Línguas Eslavas (para citar apenas algumas), o que surge *primeiro*, *antes* e *à esquerda* é considerado como colocado *à frente*, enquanto o que aparece *depois*, isto é, o que *segue*, está *atrás* e *à direita* (Fig. 15)⁷.

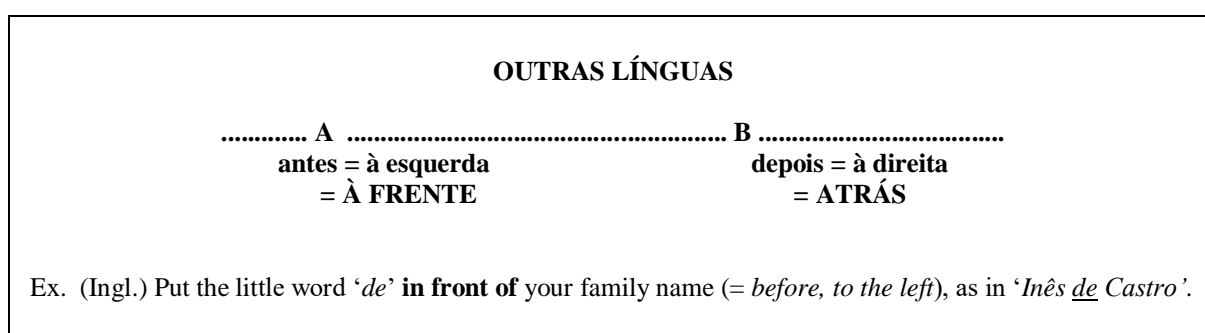


Fig. 15. Organização espacial do texto não-português

Por conseguinte, podemos dizer que o falante nativo do PE conceptualiza o texto como *produção*, isto é, constrói um *acto dinâmico* que se "desloca" na direcção do Futuro, como se de uma viagem se tratasse. Cria-se, assim, um *Modelo Dinâmico do Texto*, sendo a perspectiva escolhida a da produção da escrita (Fig. 16). Este modelo corresponde à organização temporal em que o Percurso é estabelecido entre o Passado (= esquerda = antes), o Presente (= o momento de enunciação) e o Futuro (= direita = depois)⁸. Pelo contrário, os falantes nativos de outras línguas aqui referidas perspectivam o texto não como *produção* (isto é, resultante de movimento dinâmico, utilizando a imagem de viagem), mas, pelo contrário, como um *produto* concluído de

⁵ Repare-se, no entanto, que a norma do Português do Brasil se caracteriza por opções divergentes das do Português Europeu. A norma culta parece preferir o marcador ‘*diante de*’ ou ‘*na frente de*’ para se referir à localização dianteira, conceptualizando-a não *à direita*, como em Portugal, mas *à esquerda*.

⁶ "Many languages make no formal distinction between "in front of" and "before", and between "behind" and "after". What is in front of an event is what happens before; what is behind, happens after." (Taylor, 1989, 135).

⁷ Cf. Batoréo 2000: capítulo 4.5.

⁸ Em Português Europeu, o Modelo Dinâmico transparece também no marcador espacial *adiante* e nas duas acepções: ‘*adiante*’1 = *à frente*, como em ‘*o cão vai ali adiante*’ e em ‘*adiante*’2 = *após, depois, em seguida*, como em ‘*o gato morreu uns dias mais adiante*’.

características *estáticas*, como se de um contentor se tratasse. Comparando os dois modelos (Fig. 16), pode observar-se que, para os falantes de muitas línguas diferentes do PE, o texto não está em curso para além do processo pontual da escrita; uma vez terminado, funciona como um produto concluído que deixa de ter características dinâmicas e funciona, apenas, como um corpo estático⁹. Na sequência do que acabou de ser exposto, é interessante verificar que a existência dos dois modelos aqui apresentados faz transparecer a perfilação de duas perspectivas espaço-temporais alternativas que o leitor pode ter do próprio texto. Por apresentar características dinâmicas, isto é, por evidenciar o processo da sua *produção*, o modelo do PE perspectiva o texto "por dentro", utilizando para tal a metáfora de viagem, enquanto o modelo Não-Português implica um posicionamento exterior ao próprio texto, concebido como um produto concluído. Daí referirmos o primeiro modelo como *intratextual* e o segundo como *extratextual* (Fig. 16)¹⁰.

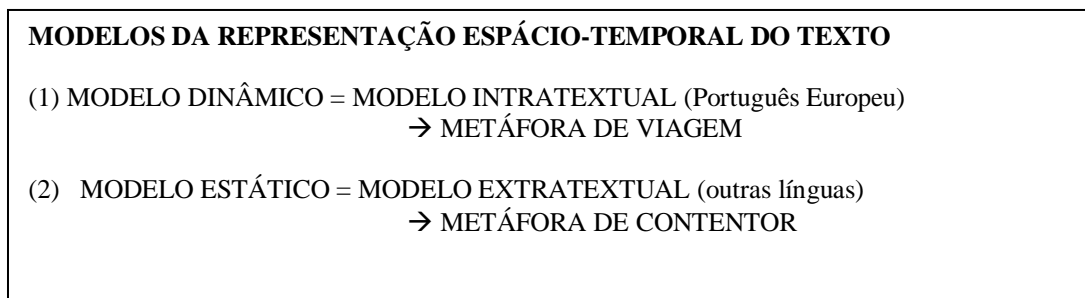


Fig. 16. Modelo da representação espaço-temporal do texto em PE e noutras línguas

⁹ Por conseguinte, a sua *frente* (ou *cabeça*) não está virada no mesmo sentido em que prosseguia a *deslocação* do texto, à medida que ia sendo escrito, já que, segundo este modelo, uma vez concluído o produto, a deslocação deixou de existir. O texto, sendo um objecto acabado, tende a adquirir a *cabeça* (ou a *frente*) no lugar em que a própria escrita se iniciou cronologicamente, isto é, na primeira letra da primeira palavra, relacionando, assim, a *frente* com a anterioridade.

¹⁰ Repare-se que a pertinência de definição dos dois modelos (o *intratextual* para o Português Europeu e o *extratextual* para algumas outras línguas) pode ser evidenciado, igualmente, pelo tipo de conceptualização subjacente à marcação anafórica observada ao nível interlinguístico. Assim, na referência aos termos anteriormente mencionados no texto e utilizando a oposição de saliência Figura/ Fundo de Leonard Talmy (1985 e ss.), o Português Europeu utiliza o modelo intratextual, visto que, na determinação do grau de proximidade dos elementos antecedentes (Figura) em relação ao elemento referente (Fundo), a perspectivização efectuada é feita "por dentro" do texto. No registo formal do Português Europeu surgem, assim, textos como: "*A ternura não embarga a discrição nem esta diminui aquela*", em que *esta* = *a discrição* (na indicação do termo *mais próximo* no texto, se perspectivado do ponto de vista do referente) e *aquela* = *a ternura* (na indicação do termo *mais afastado*, se abordado da mesma perspectiva). No entanto, em outras línguas, a perspectivização é feita com base no modelo extratextual (igualmente possível no PE), em que o observador se posiciona fora do texto e o aprecia como um todo, utilizando para tal a metáfora de contentor. Os elementos surgem, assim, numa sucessão do primeiro ao último e não se faz referência à proximidade intratextual. De acordo com este modelo, a frase atrás citada toma a forma de "*a ternura não embarga a discrição nem a segunda diminui a primeira*", ilustrando um modo alternativo de construção conceptual do texto.

6. Conclusão

A Gramática Cognitiva ou, melhor, os modelos cognitivos de Gramática, quer o modelo mais elaborado e influente da *Gramática Cognitiva* de Langacker (1987, 1991, 1999, 2008) quer os diferentes modelos de *Gramática de Construções*, principalmente de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), apresentam-se como uma alternativa válida na descrição e teorização dos fenómenos gramaticais e também em aplicações ao ensino de línguas (Taylor 1993, Pütz, Niemeier & Dirven 2001, Achard & Niemeier 2004) ou à aquisição (Tomasello 2003). O seu sucesso reside essencialmente em três aspectos. O primeiro diz respeito à perspectiva não-formalista, conceptualista, levando a semântica para o centro da arquitectura gramatical e rejeitando a hipótese da autonomia da sintaxe defendida pela Gramática Generativa. Neste sentido, é incontornável o trabalho cognitivo que tem sido feito de especificação dos significados das categorias e morfemas gramaticais geralmente considerados como semanticamente vazios. O segundo aspecto diz respeito à orientação para o uso da língua e a inevitável integração do discurso e da interacção social na arquitectura gramatical, em oposição à preferência pelo plano abstracto sistémico, seja no âmbito da preferência estruturalista pela “*langue*” seja no da preferência generativista pela “*competência*”. O terceiro aspecto refere o facto de a teoria se poder aplicar a qualquer fenómeno gramatical e em qualquer língua, tal como foi aplicada a um vasto e diversificado conjunto de fenómenos gramaticais, ao contrário de outros modelos gramaticais, sempre focalizados num conjunto parcial de fenómenos.

Entre nós, são ainda poucos os estudos na perspectiva cognitiva, havendo um défice de trabalhos especificamente gramaticais relativamente a outros estudos da língua portuguesa na perspectiva da Linguística Cognitiva. Como é dito em Silva (2007: 65), “é tempo de os linguistas cognitivos portugueses e brasileiros darem mais atenção à Gramática, particularmente à Sintaxe do Português”. No nosso texto, procurou demonstrar-se, com base nos estudos de caso escolhidos como aplicações, embora apresentados muito sucintamente, que existem fenómenos gramaticais – tal como a voz, as construções finitas e infinitas, bem como o estudo das relações espaciais – cujo conhecimento, funcionamento e descrição só podem ser abordados de modo suficiente e explícito na perspectiva cognitiva da Gramática.